JULIO NERY

UM GOVERNADOR DO AMAZONAS

1900 — 1904

198

Reg. protocolo nº 176 (Folha 18 verso)

JÚLIO NERY

UM GOVERNADOR DO AMAZONAS

1900 — 1904

198

1422

Ao Mário Ferreira Monteiro
Fº
J. Nery

PALESTRA

realizada em Coari por ocasião de ser inaugurado naquela cidade o monumento a

Silverio José Nery,

por seu filho, Dr. Julio José da Silva Nery, Inspetor federal do ensino secundario, membro do Instituto Geografico e Historico do Amazonas, da Ordem dos Advogados do Brasil e, em comissão, do Conselho Administrativo do Estado, aos 8 de Outubro de 1943.

À minha Mãe,
de quem nunca se aparta o meu pensamento e ao Mário, meu irmão mais velho,
saudosa homenagem.

J. N.

Si refletires bem e julgares as coisas segundo a verdade, não deves afligir-te tanto com a adversidade, nem desanimar, mas, ao contrário, alegrar-te e dar-me graças. Até deve ser tua unica alegria que eu te aflija com dores, sem poupar - te. "Assim como meu Pai me amou, tambem eu vos amo a vós" (Joh. 15, 19), disse eu a meus dilétos discipulos, e, entretanto, não os enviei às delicias temporais, mas às grandes pelejas, não às honras, mas aos despresos, não aos passatempos, mas aos trabalhos, não a descansar, mas sim a produzir fruto copioso na paciência.

Meu filho, lembra-te bem destas palavras.

(IMIT. CRISTO - L. III - cap. XXX, 6)

Exm.º Sr. Interventor Federal, representado pelo Sr. Prefeito Municipal

Exm.º Sr. Alexandre Montoril, dignissimo Prefeito de Coarí

Ilustres autoridades

Senhoras

Senhores

Amazonenses de Coarí:

DESDE o momento em que o avião que me trouxe até vós começou a sobrevoar a cidade, estou a viver horas de extraordinárias emoções. Afetuosamente recebido, carinhosamente acolhido, transpondo a ponte de desembarque entre alas formadas pelas crianças do Grupo Escolar, reconhecendo no meio dalgumas autoridades locais antigos estudantes cujo curso inspecionei no tradicional Ginásio Amazonense, e vosso operoso Prefeito investido da honrosa incumbência de substituir o Interventor, Sr. Alvaro Maia, que não pôde ausentar-se da capital nesta ocasião, ao entregar-me as chaves da cidade, oferece-me com elas as mais conspícuas provas de consideração; e tudo isso, meus caros conterrâneos, me predispõe a falar-vos da vida de meu saudoso Pai com toda a reverência

filial, mas, também, com a mais absoluta imparcialidade, trazendo-vos alguns fatos que conheço e que marcaram a sua passagem no cenário nacional, entre a data de seu nascimento e o último dia de sua gestão no govêrno da nossa terra.

EM um interessante estudo sôbre a personalidade de Silverio José Nery, publicado pelo seu leal amigo, o escritor e jornalista Raul de Azevedo, o biógrafo alimentava a esperança de ver erguida no Amazonas a estátua do antigo governador:

"O Amazonas ainda lhe erguerá uma estátua."

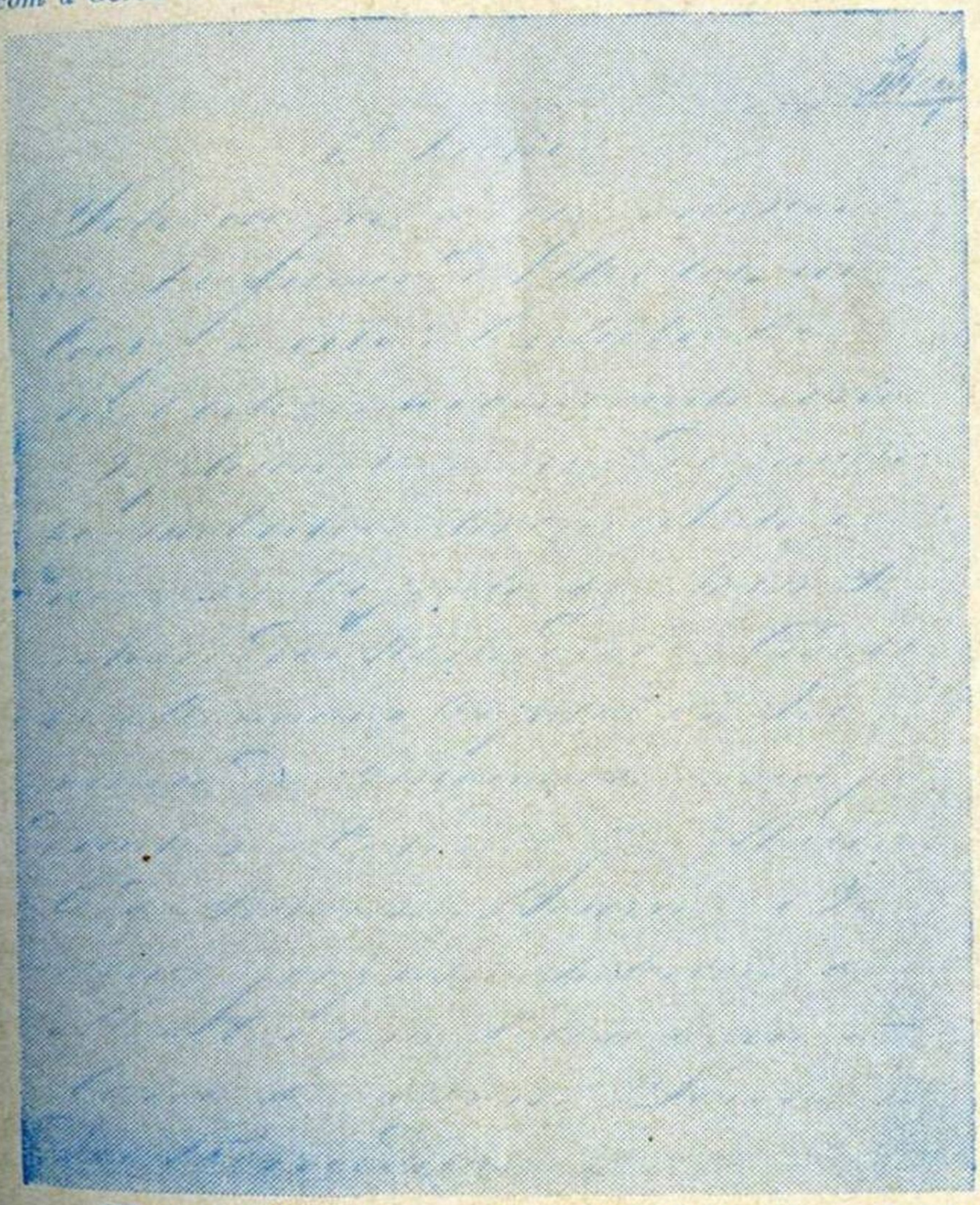
Aqui estamos, no lugar de seu nascimento, assistindo à inauguração dessa estátua que, de proporções embora modestas, avulta a justiça que prestais e revela a gratidão do povo amazonense, perpetuando no mármore a figura austera e serena daquele que tanto se dedicou a elevar o Amazonas.

Ás margens do Solimões portentoso, aos 8 de outubro de 1 858, dum casal humilde teve início a vida desse homem que foi leal e probo, sucessor do nome honrado do alferes da tropa de linha que, dirigindo-se para sua guarnição no Forte de Tabatinga, interrompeu a viagem na Freguezia de Alvélos para receber a dádiva da primogenitura.

Menino, logo rodeado de mais irmãos, foi devotado companheiro da espôsa do militar que par-

1.º FILHO

"Silverio José Nery, nascêo na Freguesia d'Alvellos, no Coary, a oito d'Outubro de mil oitocentos cincoenta e oito.
Baptisou-se a nove de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e nove na Capella de Nossa Senhora dos Remedios da Cidade de Manáos Capital da Provincia do Amazonas: forão padrinhos o Coronel José Vicente d'Amorim Beserra e o Tenente Joaquim Fabricio de Mattos, que tocou com a Corôa de Nossa Senhora dos Remedios."



(Fac-simile do assentamento feito do próprio punho paterno e extraído das páginas tres do Livro Genealógico de Silverio José Nery e Maria Antony Nery, iniciado com o casamento do casal, em 22 de julho de 1857).

tira a cumprir o dever imposto aos brasileiros de expulsar do continente o ditador ambicioso e sanguinário cujo nome, por mais que se queira olvidar, sempre estará no quadro dos malfeitores da humanidade, como essoutros de agora, travestidos de inventores duma **nova-ordem** e que tantas vidas têm sacrificado.

Cheio de ardôr, quís continuar a profissão paterna e verificou praça no Exército, partindo, aos quinze anos de idade, como cadête para a Escola Militar da Côrte, permanecendo naquele ambiente de gloriosas tradições até ver-se com o galão do oficialato com que voltou a terra natal para, pouco tempo depois, ingressar na política da Província.

Episódio que bem demonstra a fibra de um homem amante da liberdade foi, certamente, o que marcou a sua saida das fileiras. O jovem tenente de artilharia, cujos pendores liberais haviam sido alicerçados nos bancos escolares da Praia Vermelha, encontrou na capital provinciana um núcleo decidido e firme nos principios democráticos; entretanto, a lealdade para com a sua bandeira, o seu Imperador e superiores de farda, não lhe permitia tomasse, fóra da Assembléia Legislativa, onde, desde 1 882, já ocupava uma das cadeiras, atitudes incompativeis e ostensivas.

Filiado ao Partido Liberal, sob a chefia do Barão de Juruá e do irmão dêste, Emilio José Moreira, vira vitoriosa a campanha abolicionista no Amazonas, pela qual combatera sem medir óbices, além dos que levassem o país a livrar-se da infamante pecha. Nesse memoravel combate pela libertação dos escravos, manteve assídua colaboração nos jornais, debaixo do pseudônimo YREN, anagrama de seu nome de família, antes usado já em digressões e a-propósitos, comentando os fatos mais em voga

no palco político baré. As divergências começaram a surgir às vesperas de nova legislatura, dominando o Partido Conservador, chefiado pelo Barão de Manaus. Vieram as preferências partidárias, as substituições, as transferências, as perseguições. O adversário que esperasse a mudança dos ventos...

Os amazonenses, porém, começavam a ter melhor noção de independência e do próprio valor, mantendo com toda a nobreza atitudes de dignidade pessoal.

Silverio José Nery era deputado, mas, tambem, militar e podia ir para outra guarnição logo que perdesse a sua posição eletiva. Cientificado por um camarada de farda da trama urdida entre Clementino José Pereira Guimarães e o Comandante das Armas, como então se denominava a patente superior do Exército, para afastá-lo da província, anulando, por esse golpe de simples burocracia, qualquer pretensão do deputado liberal, Silverio Nery procurou o superior no Quartel-General e indagou se, na verdade, o velho amigo de seu pai e companheiro na campanha do Paraguái, pensava em submeter-se às injunções partidárias, tirando-o do Amazonas para outra província, sabendo que constituira família um ano antes e contratara diversas demarcações de terras. Entre fraseado paternal, o comandante quís mostrar ao amigo e filho doutro amigo, a conveniência de não prejudicar a sua carreira militar, indo imitar o irmão, Antonio Constantino Nery, cujo futuro era promissor. Embora cordato e transigente em todas as questões de interesse geral, caraterística que sempre pôde manter durante toda sua vida pública, Silverio Nery não aceitava alvitres ou conselhos que o diminuissem perante a própria conciência. Disposto que estava a seguir

os compromissos assumidos com os seus correligionários, pediu ao superior que lhe cedesse uma folha de papel almasso das que estavam sobre a carteira à sua frente. Prontamente atendido, ali mesmo, em rápidas linhas, solicitou demissão, abandonando as peias que o prendiam à disciplina da caserna, para, livre e desembaraçado, dedicar-se inteiramente ao serviço que lhe fôra cometido por seus companheiros de ideal político.

Esse episódio, ocorrido um ano depois de subscrever Silverio Nery o projeto de lei que libertou o Amazonas da escravatura negra ainda dominante no Império, foi uma revelação do acendrado espírito que o animava, e que contribuiu, sobremodo, para que seus conterrâneos lhe dessem representações eletivas nos quarenta e oito anos de sua intensa atividade política.

Ao sair do Quartel-General, simples cidadão, rumou para a residência do chefe do Partido Conservador, em visita de cortesia, antes de anunciar aos seus amigos a resolução que acabara de tomar. Ia comunicar ao Barão de Manaus que os planos para afastá-lo da província estavam frustrados e que iria disputar a reeleição no próximo pleito. Clementino Guimarães não perdoou a ousadia do jovem e mandou derrotá-lo, retirando-lhe a cadeira na última legislatura, aliás, do regime monárquico. Em plena efervescência político-partidária, os eleitores liberais da capital não abandonaram o lutador, entregando-lhe uma tribuna na Câmara Municipal, onde permaneceu até 1 888, ano solar em que a Princeza Izabel, num derradeiro reflexo da magnanimidade que aureolava a fronte paterna, assinou a lei de 13 de maio.

Estava ganha a primeira fase da batalha pela liberdade nacional!

SEM representação eleitoral, encerradas as sessões da edilidade, o vosso coariense entregou-se ao jornalismo, sempre a tanger para a frente e para o alto os ensinamentos de Benjamin Constant e a manter a chama sagrada que, com os cadêtes da Praia Vermelha, havia ateado o mestre.

Era o caminho para a República!

Em constante correspondência com os colegas e antigos camaradas, não quedou Silverio Nery agarrado às comodidades da capital, e foi demarcar seringais no Purús e Juruá, no Madeira e neste Solimões, sob cujo rumorejar saudou a vida para a felicidade de seus pais.

Arrostando todos os percalços da então perigosissima profissão, soube firmar amizades entre os humildes trabalhadores das selvas inhóspitas e os abastados latifundiários, nunca mais esquecendo os nomes de quantos conheceu nos barrancos e nas várzeas por onde ia levando a trena e o teodolito. Mais duma vez regressou ao lar presa de febres violentas, gravemente enfermo, impaludado, a desesperar os médicos, a alvoraçar a esposa e a família de seu sogro, o seringalista português Antonio José da Silva — o velho Restolho — como de sua terra veio apelidado, e com quem residia em Manaus, filho mais velho que fôra considerado desde o dia de seu matrimônio, e de cuja categoria nunca mais desceu, ainda depois de montar casa própria, de aumentar a prole e de tornar-se o vulto de projeção política no Estado e na Federação. Essa caraterística familiar deve ser sempre evidenciada para mostrar a sua influência na formação moral

Silverio José Nery, deputado à 1.ª Assembléia Constituinte Republicana do Estado do Amazonas.

do biografado, sistema hoje tão desprezado por nossa gente, imbuida de concepções ultra-modernas de educação, estranhas à índole e aos costumes que nos vieram com os colonizadores lusitanos. Durante doze anos seguidos, Silverio Nery viveu no lar amantissimo dêsse bracarense infatigavel, vendo alí nascer seis dos filhos que lhe deviam honrar o nome.

LONGE estavam os dias em que, ostentando no ombro esquerdo as agulhetas da ordenança e nos punhos o fino galão dourado de alferes de Sua Magestade, ajudante de ordens do presidente da província, Sátiro Dias, volvera ao Amazonas o descendente dos Antony-Nery.

Perdera o pai, então major reformado, em 1 878, ficando com o encargo de olhar pelos irmãos e de ajudá-los da melhor forma, aliviando as responsabilidades maternas. Pôde cumprir, ao pé da letra, a recomendação de seu pai e conseguiu ver seus irmãos homens e a única irmã que sobreviveram, dignamente encaminhados. Um, como engenheiro militar, Antonio Constantino, alçou-se, igualmente, na política, depois da implantação do regime republicano, tendo feito a campanha de Canudos e falecendo no posto de general de brigada. Outro, Raimundo Agostinho, agrimensor, dedicou-se aos trabalhos de demarcação de terras, ocupando uma cadeira na Camara Federal, formou-se em direito depois dos sessenta anos e advogou no Pará, onde morreu. Luiz, negociante ope-

roso, falecido no Xapurí em 1 897; Márcio Filafiano, notavel médico psiquiatra, catedrático da Faculdade de Medicina e diretor do Hospício de Alienados do Rio de Janeiro, desaparecido na capital da República, ainda quando muito se esperava de seus estudos no transcendente campo de experiências a que se entregara; Rosa Benedita, residente em São Paulo; Henrique, falecido em Pernambuco, no ano de 1 893; João, que viveu apenas três meses; Atilio Cândido, atual prefeito municipal de Santa Maria da Bôca do Acre e o engenheiro civil Abilio Damazo, que vivem entre nós.

Pelos irmãos foi sempre solícito, assistindo-lhes, moral e materialmente, até os ver aptos para a vida pública.

Ao vir matrimoniar-se em Manaus com dona Maria Antony, o alferes Silverio Nery trouxera de Belem um casal de filhos, Frederico José e Angela. O primeiro, aluno do Seminário Diocesano, partiu para Paris na companhia de outros colegas, a-fim-de cursar o afamado centro de estudos eclesiásticos de São Sulpício, levados todos pelo insigne D. Antônio de Macêdo Costa, arcebispo do Pará. Desistindo da batina antes de findos os seus trabalhos escolares superiores, entregou-se ás letras e ao jornalismo, havendo publicado diversas obras de grande valor, das quais sobresái a intitulada "Le Pays des Amazones", traduzido o livro para diversos idiomas. Jornalista fogoso, combateu o primeiro presidente civil da República, a quem, segundo contaram os companheiros de exílio no Cucuí, alcunhou de **Biriba**.

O Barão de Sant'Ana-Nery instituiu a celebre secção "Ver, Ouvir e Contar" no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, até hoje mantida no prestigioso diário metropolitano. Ao mais velho dos Nery, nunca faltou a assistência de Silverio.

SILVERIO JOSÉ NERY sempre foi um democrata convicto. Os postos que obteve por sufrágio popular nunca o deslumbraram. Governador do Estado, depois de haver passado pela Assembléia Provincial, Câmara Municipal de Manaus, 1.ª Assembléia Constituinte Republicana do Estado, Câmara e Senado Federais, ainda numa atmosféra cheia de preconceitos monárquicos, viveu num círculo puramente liberal-democrático.

Não é fóra de propósito o recordar uma frase que foi ouvida de meu Pai ao saltar êle da carruagem palaciana que o trouxera da solenidade da posse no govêrno. Subindo lestamente os degraus da escada de sua casa de residência, à Estrada 7 de Dezembro (hoje Avenida Joaquim Nabuco), abriu os braços à sua veneranda mãe e à jovem espôsa, curvando-se para receber pétalas de flores que sôbre a cabeça lhe jogavam as mocinhas parentes e amigas da família: "Vocês duas continuam a ser a mãe e a mulher do Silverio Nery e não do governador do Estado!"

Apezar dessa cordial advertência, seus adversários iriam apontá-lo mais tarde como chefe de uma das oligarquias brasileiras...

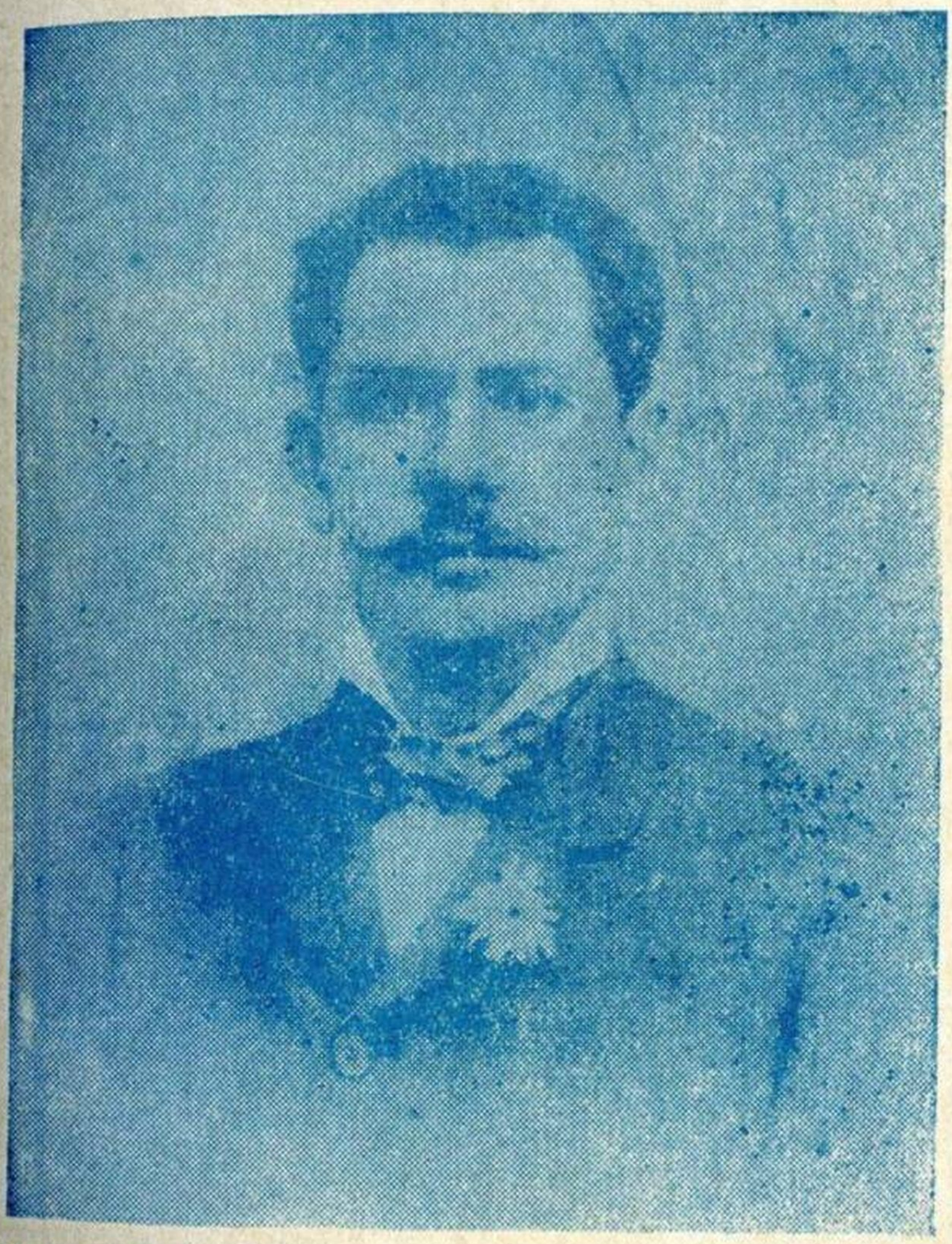
Porque o Partido Republicano Federal houvesse resolvido substituí-lo no Senado pelo irmão Constantino; porque, depois, outro irmão, Raimundo, fosse à Câmara dos Deputados Federais onde, aliás, não concluiu a legislatura, e ainda porque trocassem entre irmãos as cadeiras do govêrno estadual e a do Senado, teceram a fábula grotesca da

oligarquia que, como tantas outras lendas e anedotas nacionais, principalmente amazônicas, passou à história antes de apurada a verdade. E' preciso dizer-se com imparcialidade o movimento então realizado e desconhecido de quantos desejam dar curso a invencionices. É preciso dizer-se alguma cousa imparcialmente; e essa cousa foi vivida como não ignoram muitos que ainda têm a felicidade de fruir suas faculdades de raciocínio.

O Partido Republicano Federal era uma força inconstestavel e Glicério o chefiava com pulso forte e a galhardia com que se têm imposto os paulistas à admiração geral nas lutas político-partidárias.

O sistema republicano continuava, aos albôres do regime, servido pelos mesmos homens que frequentavam São Cristóvão e aconselhavam o Imperador. A política no parlamento já não era mais tangida por conservadores e liberais, mas apenas por **federais**, e os aspirantes a mandatos vinham as eleições sob o "placet" do Catete dominante. Os governadores faziam seus substitutos como os presidentes da República acomodavam os sucessores no antigo palácio dos Nova-Friburgos. Estava errado? Sim, ao que parecia em 1930. Hoje, da Constituição de 10 de Novembro, outorgada com o apoio das forças armadas, consta o disposto na letra a) do art. 75, considerando prerrogativa do Presidente da República indicar um dos candidatos ao supremo cargo nacional!

Francisco Glicério cedeu o bastão de "leader" a Pinheiro Machado e uma palavra foi mudada no rótulo do partido governista, passando-o de Federal a Conservador: O P. R. F. tornou-se o P. R. C., tão combatido pela reação civilista dos organizadores do "Jardim da Infância", onde pontificou Carlos Peixoto. Depois do bárbaro e ignobilissimo



Silverio José Nery, governador eleito e reconhecido do Amazonas

assassinio do inolvidavel general gaúcho, nunca mais surgiu no cenário brasileiro quem se arrojasse a encabeçar força de tamanho prestígio; tudo que veio depois de Pinheiro Machado foi imitação sem consistência e o Brasil, com a Aliança Liberal, em 1 930, viu-se conduzido por outro filho dos pampas que o encaminha para o unitarismo, enfeixando o Presidente da República em suas mãos todas as enormes e complexas responsabilidades dos nossos destinos soberanos.

Entre as decaídas competições havia, porém, a conjugação de vontades que partiam do centro dirigente para a periferia, levando os nomes dos candidatos mais ou menos viáveis às urnas eleitorais. E havia, outrossim, o terço — nem sempre respeitado, aliás, — para os avulsos e oposicionistas. A bancada federal do nosso Estado, constituida de sete representantes, rarissimas vezes formou um bloco único de partido; na capital, sobretudo, onde o eleitorado garantia por si só a vitória duma cadeira, pelo menos, diversos homens de prol foram ao Congresso Nacional sem os bafejos da situação dominante. Justiça seja feita aos manauenses!

No caso que nos interessa, devo afirmar que as substituições entre os irmãos Nery foram feitas dentro do objetivo partidário, antes dos de família; não era, positivamente, a vontade unilateral do governador, porque o P. R. F. possuia outros nomes de valor para desempenhar tão elevados mandatos e desses nomes o governador não podia desembaraçar-se facilmente.

Da chefia centralizadora, sempre consultada, como da resolução dos membros do diretório local, saíam os papáveis, e ninguem venha contestar esse asserto, mostrando que o único voto decisivo sería o do proprio governador, dada sua vontade autoritária sobre a dos demais correligionários. Temos

provas dêsses fatos e muita gente ainda vive para nos vir em apoio.

Constantino substituiu Silverio no govêrno do Estado e Silverio foi para a cadeira que Constantino ocupava no Senado. Silverio assim o impôs? Não; o candidato do governador era um dos chefes do P. R. F. no Amazonas, o senhor Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, que sofrera recente depuração no Senado, sendo reconhecido em seu lugar o candidato oposicionista, Sr. Costa Azevedo, Barão de Ladário, personagem de relêvo histórico, último ministro da Marinha no Império, da mesma forma que Jonathas Pedrosa, anos antes, se vira reconhecido em vez doutro proeminente chefe do partido dominante, o antigo governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, o "Pensador."

O candidato de Silverio Nery à governança do Estado não alcançou a maioria dos sufrágios do diretório, havendo, êle proprio, Bittencourt, dado o seu voto ao irmão do governador, indicado por um grupo de admiradores. Tornou-se então, o senhor Antonio Bittencourt companheiro de chapa de Constantino Nery, tendo sido eleito vice-governador.

A cadeira vaga no Senado voltou a ser preenchida por Silverio que a conservou daí em deante, até verificar-se o golpe de estado de 24 de outubro de 1 930.

Antonio Constantino Nery não concluiu o tempo para o qual fôra eleito, havendo renunciado o govêrno por injunções do Partido, em 1 907, quando retornou ao seio da tropa, alheiando-se para sempre das atividades políticas.

Nesses sete anos de domínio político, com uma oposição reduzidissima, se bem que conduzida por homens de incontestado valor intelectual, Silverio Nery, se fosse ou quizesse ser um chefe oligarca,

Silverio José Nery, senador federal, ao lado de sua veneranda mãe e de seus irmãos Antonio Constantino, então governador do Estado, Raimundo, Marcio, d. Rosa Stelling, Atilio e Abilio.

teria sabido perpetuar-se no poder; negou-se, contudo, a entrar em acomodações e em conchavos, recusou eleger-se para suceder ao irmão como todos os seus amigos desejavam, cumprindo promessa feita ao general Pinheiro Machado e ao presidente Afonso Pena, desfez os planos arquitetatos em Manaus e levou às urnas, sob sua inteira responsabilidade pessoal, o nome do senhor Antonio Bittencourt, que foi empossado em 23 de julho de 1 908.

Eis aí quem passou no pelourinho da critica maldosa, apodado de chefe de uma das oligarquias brasileiras!

NÃO temos o propósito de tratar de fatos posteriores ao ano de 1 904, quando Silverio Nery entregou as rédeas do govêrno. Incidentalmente fomos um pouco além para desfazer balélas e lendas, mas aqui voltamos às passagens que nos parecem mais de apreciar na vida do governador amazonense.

A República estava nas travessuras da meninice, mas seus representantes no Amazonas não desperdiçavam o tempo em apenas cuidar de jogos e diversões proprios da idade.

Manaus, a capital mais afastada de todos os centros civilizados do hemisfério, devia de apresentar aspecto digno à sua elevada condição. A Europa nos mandava navios de suas bandeiras em busca da borracha, porque só na Amazônia havia

a melhor qualidade do preciosíssimo material que a indústria começara a aplicar em múltiplas modalidades.

Dum pugílo de jovens republicanos partiu, então, a idéia de transformar a cidadezinha matuta num grande centro de exportação, cheio de confôrto, de higiene, limpa estação onde os lutadores que se embrenhavam pela mata riquíssima e insalubre tivessem de refazer-se de suas canseiras e sofrimentos.

Thaumaturgo de Azevedo, entusiasmado como todo o tenente ousado, esboçou um plano de remodelações e não mais pensou noutra cousa. As rendas públicas, porém, não o ajudariam a sair definitivamente dos projetos. O material devia ser todo importado e as despesas assombravam o administrador; deu início, entretanto, ao sonho e, se o plano geral não pôde ser cumprido à risca, já por motivo de fracassar o empréstimo que pretendeu levantar e que suportaría a iniciativa belissima, já por lhe faltarem outros elementos, os companheiros que o substituiram, tão atrevidos ou mais, conseguiram desempenhar a tarefa esplêndida.

O Amazonas era rico de borracha que chegava à capital das cinco fronteiras do Estado, pelo rio Negro, pelo Solimões, pelo Madeira, do Purús, do Juruá, do Acre... Até onde fosse o Brasil, nessas longitudes da pátria, a riqueza pertencia ao Amazonas.

Thaumaturgo, Eduardo Ribeiro, Filéto, José Ramalho, fizeram de Manaus a mais confortavel e moderna cidade brasileira daquela época. Abandonemos, duma vez por todas, essoutra lenda de que Manaus é obra exclusiva da administração de "Pensador", poisque, se durante os ~~cinco~~ anos de seu govêrno pôde efetuar a maior parte da construção da capital, nem porisso outros governadores,

igualmente valorosos e capazes, deixaram de trazer extraordinária contribuição ao admiravel esforço comum para o progresso da cidade-chave da barelândia.

Em 1 900, Manaus já estava quasi toda pavimentada, bem iluminada, com os melhores bondes elétricos e suficiente serviço de abastecimento dágua para os seus trinta mil habitantes. Abandonemos, outrossim, a outra fantástica impressão de que as finanças fartas favoreciam facilmente as vultosas obras de embelezamento, porque no Amazonas **nadava-se em ouro**! Como se de 1 889 à atualidade os anos tivessem apagado os vestígios documentários e os fatos, sendo lícito deturpá-los como se metamorfoseam tantos episódios da vida humana... Percorramos as estatísticas, consultemos os relatórios e as mensagens dos governadores; num ápice verificar-se-à que os orçamentos estaduais não eram deslumbrantes e que a libra inglesa, a libra-ouro, era cotada duas, tres e mais vezes acima da paridade mantida no regime monárquico, negociando-se nas praças européias e, algumas vezes, nas dos Estados Unidos da Norte-America, quase nada se recebendo do país, o que tornava qualquer empreendimento bastante precário pela elevação do custo dos materiais de construção. Peço a atenção dos meus jovens conterrâneos para esse assunto, na esperança de que venham a desmentir um dia os comentaristas mal informados, podendo as gerações futuras, tanto como as presentes, orgulhar-se dos nossos primeiros governadores republicanos.

Manaus foi, evidentemente, a "revelação da República", como se expressou Afonso Pena ao vê-la em 1 906.

Assim, ao receber Silverio Nery o govêrno das

mãos de José Cardoso Ramalho Junior, encontrou a capital apenas sem porto construido, porque todos os esforços envidados para a consecução dos melhoramentos continuavam dependentes da autorização do govêrno federal. Deputado e senador, já havia Silverio Nery trabalhado com os colegas de bancada junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas para que os planos fossem aprovados. O presidente Campos Sales, favoravel á idéia, via-se contrariado por seu ministro Alfredo Maia que, certa vez, indagou aos representantes amazonenses: "Para que querem porto?"

O porto da Amazônia estava alí na desembocadura do rio-mar que, aliás, também não possuia um serviço portuário nos modernos moldes.

O Amazonas era visto, àquele tempo, pelo único prisma que interessava a fazenda nacional; recebe-se a Alfândega os impostos polpudos e nada queriam saber desta terra de botucudos! Interessava, igualmente, aos ministros o desfazer-se dos afilhados, despachando para cá bachareloides, medicastros e protegidos de toda sorte para tentar fortuna, enchendo a secretária dos governadores de cartas de empenho, de pistolões, contra promessas de retribuição que nunca foram cumpridas...

Ao vir assumir o govêrno de sua terra, o senador Nery fôra despedir-se de Campos Sales e declarou estar disposto a construir o porto de Manaus no seu quatriênio, quizesse ou não o obstinado ministro de Viação. O presidente, que instituira a chamada "política dos governadores", observou, por seu turno, que já havia travado conhecimento com o Barão de Rymkiewcz, o pretendente à encampação das obras projetadas, guardando a melhor das impressões do dinâmico financista e engenheiro polonês. Encorajou Campos Sales o novo governador, prometendo-lhe a bôa vontade

da presidência e de seus ministros, ficando assentado que os estudos técnicos prosseguiriam e que a permissão federal seria dada oportunamente. Mostrou o senador Nery a sua decisão, revelando ao presidente a idéia que concebera para libertar o Amazonas da tutela comercial da praça de Belem. Em 8 de outubro de 1 900, efetivamente, assinava o decreto n.º 449, que obrigou o beneficiamento da borracha na capital do Estado, antes de exportada. Foi o passo definitivo para que da vizinha capital paraense viessem estabelecer-se entre nós as mais conceituadas e importantes firmas comerciais, cujas matrizes demoravam, as margens do Guajará.

Transcrevo, da Mensagem ao Congresso dos Representantes, lida em 10 de julho de 1 901, os trechos seguintes:

> "*Conquanto não seja de minha orientação administrativa a obtenção de rendas com o vexame dos impostos, considero de indispensavel decretação as medidas que vos peço e com as quais poderei melhormente agir em bem das restauração das finanças do Estado. — O momento demanda bôa vontade de todos os espíritos, harmonização de todas as energias, algo de sacrificio mesmo. Sei que não apélo em vão para êles dirigindo-me à terra que governo e à qual, ao mesmo tempo que reconstróe o seu crédito, cumpre olhar para o futuro, abrindo margem, pela bôa situação do seu Tesouro, pelo critério nos seus gastos e pela ponderada obtenção de elementos de riqueza, à obra dos dias de amanhã, em que é mister cuidar. — Temos, é certo, do ponto de vista da qualidade, quase exclusividade da produção para o gênero, base atual da riqueza desta região; mas a miragem fantasiosa desta*

riqueza não nos deve cegar. Antes, precisamos ver com prudência que, si atualmente o vale inteiro do Amazonas concorre com cerca de 50% da produção total da borracha do mundo, ou sejam 26 a 27.000 toneladas anuais, a concorrência da borracha africana já se eleva, ao mesmo espaço de tempo, ao fornecimento de 24.000, o que, junto a perto de 3.500 fornecidas pelo resto do Brasil, si não exclue o nosso produto, póde prejudicá-lo, não só pela inferioridade do preço, que o gênero inferior — repelindo o superior — demanda, como ainda porque nas regiões acima primeiro citadas são enormes as extensões do plantio metódico e cuidado da "hevea brasiliensis", entre nós ainda conservada em estado nativo e quase de reprodução abandonada. — Certo que rico é de produtos naturais, rico de climas desde as margens do Rio-Mar até às terras altas do centro ou da fronteira norte, rico de terrenos ubertissimos o nosso Estado. Mas, porisso mesmo que assim é, é que, no momento em que nos cumpre reparar males, antigos, mais se faz preciso falar no futuro, o qual não póde prescindir dos elementos de resistência e prosperidade, que desde agora devem ir sendo acumulados. — Outra coisa não visam as medidas todas que tenho tomado e aquelas que vos peço: o reparo das nossas finanças e o alicerçamento seguro de nosso desenvolvimento próspero no futuro. — Aquele não virá longe, enquanto mantivermos a linha de conduta, graças à qual, em um ano de govêrno, ladeado por dificuldades de toda a ordem, me é dado apresentar-vos a exposição financeira que vos fiz. O outro não demorará como consectario lógico. — O De-

creto de 8 de Outubro, pelo qual ordenei irrevogavelmente o beneficiamento da borracha em Manaus, secundado pelos atos posteriores do meu govêrno sobre impostos, é a objetivação das primeiras linhas do programa economico, que há de dar a Manaus o seu verdadeiro lugar na região, de que a natureza a fez centro. — Como sabeis, aquele Decreto levantou grande celeuma, tardía e não pequena campanha de invetivas, como si viver devessemos sob autonomia tutelada na Federação. Não demudaram essas coisas o programa do govêrno, que a todas as solicitações houve de ser inflexivel. — Primeiro se disse que fôra ato de surpresa e, então, por tal se reclamou. Como sabeis, essa surpresa não existe: desde 1890 que, pelo Decreto n.º 75, de 25 de Dezembro, se mandou verificar completamente a borracha exportada, verificação essa que se tornou mais exigente ainda no regulamento de 24 de Agosto de 1 898. Sabidos, entretanto, os abusos a que essa medida, da nossa mais legítima competencia, frouxamente praticada deu lugar, reorganizados os serviços publicos sob a feição que tomaram, claro é que ela sería, como foi, revigorada, para não se tornar simples ornato em nossa legislação fiscal. Foi o que fez o Decreto n.º 449, de 8 de Outubro de 1 900.

Tambem se atacou o procedimento do Amazonas como inconstitucional, procurando-se até altas intervenções no sentido de corrigir aquele, suspendendo a execução da lei. — Tive ensejo, assim, de demonstrar com a própria Constituição Federal, que exercitavamos, os Amazonenses, legitimos e incontestavel direito, e continuando a obrigar o cum-

primento de todas as exigencias de manifestos em regra à Recebedoria e de beneficiamento, desfiz oficialmente notícia leviana, contra nós arguida, de que o Amazonas punha entraves ao comércio internacional em trânsito. Não nos póde ninguem, dentro da lei fundamental, impedir a fiscalização do trânsito dos generos, no qual a lesão do Amazonas é tradicional, e trânsito que no porto de Manaus realmente é que se dá. — Nada queremos com gêneros alheios, mas o que estamos dispostos a impedir é que produtos nossos sejam impunemente desnacionalisados, o que tanto mais fácil é de verificar-se, quanto na extensão de nossos rios, de curso internacional, a fiscalização se torna impossivel. Daí, a exigência de querer **legalmente** *a Recebedoria de Manaus que os vapores, descidos do alto Acre e outros em idênticas circunstancias, exibam seus manifestos, em regra e legalizados, sujeitando-se à verificação do trânsito. Essa exigência levantou aquela noticia leviana e à ela pudemos responder* **com fatos**, *dando livre prática imediata a todos os vapores, que, trazendo porões lacrados, traziam também manifesto que conferisse com as guias de embarque — tudo legalizado —, e punindo os outros, que apresentassem, como* **trânsito**, *carregamento superior, àquele manifestado na fronteira. — Dentro da lei não era possivel ceder, não cedi, não cederei, nesse como no caso de beneficiamento, afirmando, aliás, como então o fiz e repito agora, que não iludiria por fórma alguma a decisão do Poder Judiciário, si dele viesse, promovido regularmente o convencimento da inconstitucionalidade da medida."*

Assim, firme em sua autoridade e atribuições, falava um governador do Amazonas.

Nova e extraordinária vida começou para a nossa capital com a obrigatoriedade do beneficiamente da borracha. A administração pública, segura e pujante em seus desígnios, a despeito da oposição incentivada por elementos que se julgavam prejudicados pela felicissima iniciativa, deu admiravel impulso ao comércio amazonense, amparando-o, defendendo-o. Em 7 de outubro de 1902, foi lançada a primeira pedra, investida a companhia inglesa "Manaus Harbour Limited" do contrato para a construção do porto, ainda no benemerito ressurgir financeiro do Brasil, sob a presidência Campos Sales, sendo ministro da Viação e Obras Públicas o senhor Alfredo Maia.

Pelo contrato, a "Manaus Harbour Limited" não só dotou a nossa capital dum porto ótimo, como construiu os edificios para a Alfândega e Guarda-Moria, duas joias arquitetonicas que a embelezam.

As obras administrativas de Silverio Nery, o beneficiamento obrigatório da borracha em Manaus e a construção do porto, bastariam, por si só, para aureolar o nome do nosso coestadano.

Outra obra, esta de alta significação política e de tal amplitude, que pasma o imerecido olvido a que tem sido relegada, é a "Questão do Acre". Posto que começada no periodo governativo de Ramalho Junior, marcou ela, indelevelmente, o carater de brasilidade que assinalava o vulto de Silverio Nery.

Os auxílios que continuou a prestar aos seringueiros brasileiros, principalmente ao gaúcho Plácido de Castro, fornecendo dinheiro, armas e munição, mantendo vigilante a Força Policial, e de fogos acêsos o Aviso "Cidade-de-Manaus", embar-

cação armada que Ramalho Junior mandara construir na Inglaterra para reprimir o contrabando dos nossos produtos para o Pará, acolhendo fraternalmente e dando toda a assistência, assim à tropa do Exército comandada por Olimpio da Silveira, como aos marujos dos navios de Alexandrino de Alencar, foram os preliminares para a vitória no litígio até que o Itamaratí, com Rio Branco à frente, resolvera tomar rumo certo, abandonando os nefelibatismos burocraticos anteriores do papelório secretarial.

Com que ufania Silverio Nery, tecendo um hino de glória aos patrícios tombados no campo de honra pôde informar aos representantes do povo, no Congresso Estadual, que nenhuma alteração de ordem fôra registrada entre as praças de linha, os marujos da esquadra, fuzileiros navais e a policia militar. E Manaus viu em suas ruas mais de cinco milhares de homens fardados, soldados então recrutados entre elementos de casta pouco recomendavel, capoeiras, desordeiros, tarados. Nenhum distúrbio, nenhuma queixa, nenhum fato deprimente. Os brasileiros iam orgulhosos para a mata virgem ajudar seus irmãos seringueiros a retomar as terras que sempre foram nossas!

O Acre, sendo brasileiro, pertencia ao Amazonas... "porque até onde fosse o Brasil naquela direção, forçosamente iria o Estado do Amazonas" (Clóvis Bevilaqua), e o governante, Ramalho ou Nery, tinha de cumprir o comezinho dever constitucional de velar pela integridade territorial!

GENTES sem conta, recordando fatos passados, têm sempre à ponta da língua viperina perguntas capciosas que formulam no intúito de enlamear os homens de antanho. "Tanto dinheiro havia no Amazonas; onde o empregaram? Ladrões, prevaricadores, gananciosos governantes..."

Esses que assim repetem o que ouviram dos invejosos e incapazes, que os há em todo o mundo, empavonados e ridiculos, ignoram quanto custou ao Amazonas a remodelação de sua capital; não sabem que foi o erário amazonense, sózinho, que aguentou e sustentou o início da campanha acreana; não imaginam que alguns navios estrangeiros ou de cabotagem vinham até cá porque eram subvencionados por nós; que o porto de Manaus foi conseguido à custa de inteligente trabalho na imprensa carioca e paulista, para onde do Tesouro sairam quantiosas somas, subsidiando penas de valor ao serviço da justissima aspiração, penas que se não molhavam unicamente na tinta comum!

Saibam agora, se não sabiam antes, que o Amazonas, atendendo a um apêlo do govêrno federal, que não podia pagar o pingue subsidio aos congressistas, prontificou-se a arcar com essas responsabilidades, remetendo mensalmente a importância necessária ao seus deputados, (os senadores recusaram o auxílio). Este fato, afinal de pouca significação talvez, bem revela a diferença que existia entre a administração central e a do nosso Estado.

Que seria de Manaus se o govêrno do Estado não lhe désse as feições que ostenta? Que seria do Acre se o govêrno do Estado não lhe fosse garantir

a posse? Que seria do comércio amazonense se não dispuzesse do porto magnífico por onde se escoam os nossos produtos?

Dos oposicionistas de Silverio Nery, ainda há quem viva, felizmente. Antes que nos deixassem talvez dois ou três apenas não vieram de público proclamar-lhe as virtudes cívicas e morais, porque, na frase daquele médico-poeta baiano, Francisco Mangabeira: "... foi um patriota que, governando seu povo, fez em dois anos o trabalho de duas décadas!"

O quatriénio governamental de Silverio Nery condicionou-se à divisa traçada no seu discurso inaugural: MENOS POLÍTICA, MAIS ADMINISTRAÇÃO!" A frase fez época e foi cumprida rigorozamente.

Agnelo Bittencourt, moço-professor, escreveu numa poliantéia ao governador, entre outras cousas: *"O Sr. Dr. Silverio Nery é amazonense: não precisa de cousa alguma para si ou sua família. — Despido de ambição e de paixões partidárias, porque acima de tudo coloca o interesse de sua terra, como homem político, desde a sua mocidade, tem-se revelado superior, por isso mesmo que devia ser o escolhido do povo do Amazonas, como o foi, em hora em que o destino prodigalizava seus favores à sua população inteira."*

Silverio Nery nunca foi um ocioso. Jovem, demarcou terras e economizou. Vivendo doze anos

Medalha comemorativa do quatriênio governamental de Silverio José Nery.

em casa do sogro, suas despesas eram quase nenhumas. No Rio, embora não fugisse da sociedade rica, nunca procurou ostentar. Todas as economias empregou na sua própria terra e sentia profundo desgosto ao saber dalguem, aqui enriquecido, que desviava dinheiros para empregar alhures. Certa vez, amigos no Rio mostraram-lhe a conveniência de adquirir terrenos então baratissimos nos bairros da Gávea e Leblon. Recusou. Fui dos que estranharam o proceder de meu Pai e não sosseguei antes de conhecer os motivos. "Meu filho", disse-me êle, "o que tenho, o que é nosso, foi ganho no Amazonas e será sempre empregado lá..." Doía-lhe a ingratidão!

Em quatro anos de seu govêrno, Silverio Nery entregou as responsabilidades político-partidárias aos seus correligionários graduados do P. R. F., senhores Antonio Bittencourt e Raimundo Afonso de Carvalho, volvendo as vistas tão somente para os problemas administrativos propriamente ditos, para os quais se cercara de auxiliares, cujos nomes, à simples enunciação, bastam para demonstrar como foi feliz na escolha. Porfírio Nogueira, secretário do Estado; Joaquim José Paes da Silva Sarmento, depois Felipe Santiago Minhós, na inspetoria do Tesouro; desembargadores Joaquim Cândido Ferreira Lisbôa, Luiz Furtado de Oliveira Cabral e Estevam de Sá Cavalcanti de Albuquerque, na chefia da Polícia Civil; Raimundo Felgueiras e Joaquim Pereira Teixeira, na Instrução Pública; Cândido José Mariano, que voltava de Canudos, onde comandara galhardamente a brigada policial do Amazonas, nas Obras Públicas; para a Repartição de Terras, foi o competente engenheiro e notavel homem de letras, Alberto Rangel; o engenhiro Manuel Uchôa Rodrigues, antigo deputado à Constituinte Republicana, dirigiu os Serviços Elé-

tricos; Antonio Emídio Pinheiro, depois o tenente do Exército Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa, no comando geral do Regimento Militar, indo este último mais tarde para a Superintendência da Capital (Prefeitura); João Crisóstomo da Rocha Cabral, doutor em direito, e que foi depois abalisado professor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, esteve como chefe do Contencioso Fiscal, lugar por onde passou igualmente Enéas Martins, vulto que se tornou eminente na política nacional, colaborador do Barão do Rio Branco, no Itamaratí; o comandante Antônio Nogueira, da Armada Nacional, depois brilhante deputado federal; o insigne sanitarista, doutor Alfredo Augusto da Mata, ocupou o cargo de diretor dos Serviços de Higiene Pública.

Sem citar outros auxiliares, todos cidadãos de largo tirocínio e de elevado saber, como Julio Nogueira, o filólogo ilustre que toda a nação culta admira e foi um dos oficiais de gabinete, devo insistir no apontar a figura ímpar do secretário do Estado, braço-direito de Silverio Nery, o bacharel Porfírio Nogueira, de quem Rúi Barbosa disse que, "...no grangeio dos documentos, informações e elementos de vários gêneros", não teria podido ter dado aos direitos do Estado, nesse memoravel pleito acreano, os fundamentos sólidos que lhe deu, assentando-o em provas amplas e completas, sem o auxílio de Porfírio Nogueira. Abolidas, por medida de econômia, as secretarias de estado, o governador Silverio Nery criou uma única, subordinando-lhe todas as repartições públicas. O trabalho de Porfírio Nogueira, no coordenar atribuições, no regulamentar as complexas ordens de serviço, trazendo à sua primeira decisão todo o expediente administrativo antes do despacho do governador, modificando as anteriores tramitações, estudando,

formulando decretos, esboçando leis, minutando mensagens, enfim, exercendo com um dinamismo verdadeiramente exaustivo as funções que antes cabiam a diferentes setores administrativos, deu-lhe um renome elevadissimo e que hoje ainda perdura no seio dos funcionários que com êle trabalharam àquela época. Relembrar nesta oportunidade a ação do secretário do Amazonas no periodo governativo de Silverio Nery, é justa homenagem que presto à memória de um amigo e de um homem de bem.

Vale repetir, sublinhando, que nenhum nome se encontra no meio dos auxiliares e colaboradores do governador Silverio Nery que tivesse ligação de parentesco, consaguíneo ou afim, com a sua família ou a de sua espôsa. Busquem outros nomes, doutros auxiliares, e nunca haverá algum preso às relações de família.

DURAMENTE administrativa foi a ação de Silverio Nery no govêrno de nossa terra.

Auxiliou quanto possivel a Superintendência Municipal de Manaus, conservando e ampliando diversas obras na capital; mas apenas um edifício mandou construir à custa dos cofres estaduais, para aproveitar o terreno onde existia antigamente uma escola pública edificada em 1 870 e que fôra demolida por seu péssimo estado de conservação, atrás da matriz de Nossa Senhora dos Rémedios, sua madrinha de

batismo, destinando a casa ao ensino oficial, dando-lhe a denominação de "Escola Públio Bittencourt" em homenagem ao decano dos professores amazonenses de então, senhor Francisco Públio Ribeiro Bittencourt. Esse edifício e a escola foram inaugurados no último dia da gestão governamental, tendo sido designado para o docência o professor de Aiapuá, senhor Agnello Bittencourt, sobrinho paterno do patrono.

Porque estivesse a capela da Santa Casa de Misericordia a pedir urgentes reformas determinou que o Tesouro auxiliasse a construção dessa outra que hoje podemos ver, fronteirando para a Rua Dez de Julho.

No interior, ajudando as municipalidades, procurou incentivar algumas obras públicas sem interferir nos negócios administrativos da competência exclusiva dos respectivos govêrnos, embora aplicasse suasoriamente a sentença de Américo Werneck: "O exercício do poder municipal, seja qual fôr o sistema, unitário ou federativo, não dispensa a fiscalização do poder superior. Abstraindo mesmo da incompetência da maioria dos vereadores, basta atender às condições da vida local para se reconhecer imediatamente a necessidade de pôr um freio aos abusos."

As finanças precisavam de pulso forte e não era possivel inverter os réditos públicos em obras suntuárias. O máximo interesse do govêrno, ao iniciar-se o século XX, era pôr em ordem as cousas da fazenda e, nomeando para a inspetoria do Tesouro o seu antigo adversário político e competidor nas eleições de 99 para o Senado, o senhor Joaquim Sarmento, nenhum esforço foi poupado, até que as arcas ficassem em condições de suportar os compromissos assumidos anteriormente e consignados no orçamento.

A dívida flutuante encontrada em 23 de julho de 1 900 ascendia a Rs. 42.104:820$187 e nos cofres do Tesouro havia a soma de Rs. 953$550. A arrecadação do semestre a cobrar produziu a importância de Rs. 6.222:036$037. Com esta quantia, adicionada ao saldo encontrado em dinheiro, não podia o governador responder aos encargos da administração, que exigia normalmente cerca de Rs. 8.000:000$000, e muito menos pagar o acêrvo de dívidas que lhe foram legadas. Examinada meticulosamente a situação, medidas imediatas foram tomadas, rescindindo-se contratos que reduziram as despesas de Rs. 13.798:200$000.

Disse, quando senador, aos seus pares e à Nação, da tribuna parlamentar:

O Sr. Silverio Nery. — "*Inaugurando um regime de severa economia, determinei a suspensão de todas as obras desnecessárias e adiáveis, e ao findar o primeiro semestre da minha incipiente administração, tendo pago a dívida que encontrei em atrazo de funcionalismo, no valor de ..... Rs.* 649:157$065, *tendo mantido em dia o seu pagamento relativo à minha gestão, fechava o exercício com o saldo de Rs.* 44:107$068."

"*A situação financeira do Estado era, entretanto, dificil. Já naquela época o mercado da borracha experimentara os efeitos da crise. Releva dizer ao Senado que, durante a minha administração, nunca houve altas cotações, como sucedeu posteriormente, quando aquele produto chegou a ser cotado ao preço de* 10$ *por quilogramo, excedendo-o mesmo.*"

"*Assim sendo, vi-me forçado a recorrer ao crédito. Essa necessidade, de par com a perspectiva de auferir vantagens para o Estado, como fosse aquisição do material rendoso dos serviços elétricos, fez-me aceitar uma proposta de capitalistas*

americanos, em cujas mãos se achavam os serviços de bombeamento dágua, luz e força para a viação. A operação financeira que realizei teve, pois, as seguintes bases: Emissão de apólices ouro, ao juro de 5% e prazo de trinta anos para conversão das anteriores apólices papel, de juro de 7% e prazo menor de resgate; troca das apólices-papel, pelas apólices-ouro, com a redução de 40% do valor nominal. Somente pelo efeito desta redução, geralmente bem aceita pelos portadores de títulos, o Estado passou a despender três mil contos de juros e amortização anualmente, ao envez dos 4.250 contos, pois a tanto montava o serviço dos títulos papel. Com a colocação dos novos títulos na praça de Nova-York, o Estado adquiriu as empresas que exploravam o serviço de viação urbana, bombeamento dágua e iluminação publica e particular, que pesavam no orçamento com a subvenção anual de oitocentos contos de réis. O carater reprodutivo dessa operação manifestou-se desde logo, porquanto, em menos de um ano, a renda bruta desses serviços, já pertencentes ao Estado, foi de Rs. 1.697:000$000, contra uma despesa de ..... Rs. 982:000$000, o que dizer, evidenciando o saldo em favor do Estado de Rs. 715:000$000."

"Eis aí, em traços gerais, o que foi a operação financeira que realizei. Não comprometi os serviços normais do Estado, cuja vida economica continuou em equilíbrio, apesar das crises com que tive de lutar, pela baixa das cotações da borracha, nem dei como garantia dessa operação as terras do meu Estado..."

"... continuando essa política financeira de estrita e ponderada economia, já anulando compromissos onerosos, já enriquecendo o patrimônio do Estado com a aquisição de uma industria rendosa, já reduzindo créditos de portadores de apó-

lices na base de 40%, consegui, ao terminar o govêrno, diminuir consideravelmente os encargos do Estado. Assim, paguei de dívida consolidada, ... Rs. 10.552:000$000 e de dívida flutuante, ... Rs. 6.700:000$000, parcelas que perfazem um total de Rs. 17.252:000$000; deduzindo, outrossim, da dívida que ficou, o custo dos serviços elétricos, no valor de 9.971 contos e sendo os compromissos do Estado, no início do meu govêrno, de 42.104 contos, chegará o Senado à conclusão de que devia o Tesouro, ao findar a minha administração, apenas a soma de 14.881 contos. Estes algarismos comprovam que, quando govêrno, reduzi a dívida geral do Estado de 27.223 contos!"

"Cumpre dizer que, durante a minha gestão, jamais o funcionalismo ficou em atrazo de um mês, siquer, de seus vencimentos. Todo ele recebia, indistintamente, em folhas, não tendo ainda sido inaugurado o sistema atualmente alí em voga, de pagamentos mediante portarias, em benefício dos amigos e parentes do governador, nem o desenfreado comércio que hoje se faz em meu Estado, da compra desses vencimentos com a cessão de 80 e 90% em favor dos felizes apadrinhados ou aparentados da situação!" (Discurso proferido na sessão do Senado Federal, em 26/7/923) —

ILUSTRE Sr. Prefeito Alexandre Montoril, promotor desta homenagem

Meus conterrâneos de Coarí:

Que bela oportunidade me déstes para, mais uma vez, trazer aos amazonenses um punhado de verdades sobre o digno fi-

lho da Freguezia de Alvélos! Que grande satisfação me proporcionastes, ainda outra vez, para falar acerca de meu Pai! Vim, em nome dos Nery do Amazonas e doutros Nery que já nasceram por outros recantos do país, agradecer a homenagem que prestastes ao nosso saudoso chefe, ofertando às gerações porvindouras o monumento que mandastes levantar na praça próxima ao Grupo Escolar, à qual, também, redobrando a veneração ao velho batalhador, pretendeis denominar Silverio Nery.

Santos Dumont realizou um sonho prodigioso e "o mundo" — como disse o sertanejo da anedota — "encolheu..." Hoje não há mais distâncias graças ao invento admiravel dêsse bandeirante dos ares!

De manhã estava eu ao lado da espôsa e dos filhos queridos na capital do Estado que começava a despertar para o labor diário, para a fáina em que estamos empenhados afim de ganharmos a vitória definitiva nesta guerra desencadeada pela inveja; menos de duas horas, depois de alçar-me aos céus patrícios, vi-me no aconchêgo da vossa hospitalidade bem cabôcla!

Já vos disse ao chegar da minha satisfação e do meu entusiasmo pela obra que o vosso Prefeito está a realizar nesta promissôra cidade. Já pude externar minha alegria ao penetrar na escola pública, cadinho em que os coaríenses se preparam para continuar o trabalho que nos cabe agora. No quartel dos Soldados da Borracha verifiquei a ação ciclópica do govêrno, trazendo gente para nos melhorar a econômia. Nos campos vizinhos vi trabalho eficiente, descobri perspectivas de futuras fazendas de criação, de grandes culturas, de independência, de riqueza...

Sinto-me sobremaneira honrado ao vosso lado,

agora que a confiânça do Sr. Presidente da República, por indicação do Dr. Alvaro Maia, colocou-me em posto de melhor compreender ainda as responsabilidades de govêrno que meu inesquecivel Pai suportou na vida emocionante que viveu.

Que os nossos jovens conterrâneos saibam traduzir dêsse mármore, que perpetúa o nome que trago com tanta ufania, um exemplo a seguir, porque, realmente, Silverio José Nery foi bem um exemplar cidadão.

Oitenta e cinco anos atraz, nascia neste município uma criança que, pelo estudo, trabalho e espírito de renúncia, tornou-se o amazonense digno, ilustre e sensato, que nunca se curvou deante dos potentados e nunca desprezou os que se julgavam humildes. Com justo orgulho podemos dizer que cumpriu o seu dever de brasileiro, de patriota.

Honra lhe seja!

ESCOLA TÉCNICA
DE MANÁUS

SECÇÃO DE
ARTES GRÁFICAS

MANÁUS
AMAZONAS

1945

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de
Cultura e Economia Criativa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM

CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA